

FLÁVIO CARVALHO FERRAZ É O NOSSO ENTREVISTADO DESTA EDIÇÃO, COMPLEMENTANDO O QUE FOI DISCUTIDO NA SEÇÃO ARTIGO CONVIDADO. COMO PSICANALISTA, COMO PROFESSOR E ESPECIALMENTE ATRAVÉS DE SUAS PUBLICAÇÕES E ATIVIDADES EDITORIAIS DE ORGANIZAÇÃO DE COLETÂNEAS SOBRE PSICANÁLISE, AFIRMAMOS A IMPORTÂNCIA DO ENTREVISTADO NESSAS AÇÕES TÃO NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E VITALIDADE DA PSICANÁLISE.

ENTREVISTA COM FLÁVIO CARVALHO FERRAZ¹

AN INTERVIEW WITH FLÁVIO CARVALHO FERRAZ

REVISTA – SOBRE TRANSMISSÃO, EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO, ENSINO. SABENDO DA DISTINÇÃO ENTRE ESTES TERMOS¹, GOSTARIAMOS DE CONVERSAR COM VOCÊ SOBRE ELES. SABER UM POUCO MAIS COMO VOCÊ OS DIFERENCIA E POR QUÊ.

FLÁVIO – As palavras “educação” e “ensino”, tradicionalmente, se referem a processos escolares ligados aos ensinamentos fundamental, médio ou superior. São eventualmente empregados em psicanálise, mas creio que a concepção do que vem a ser a apreensão daquilo que é o “psíquico” trouxe uma certa rejeição a estes termos, ao menos na maioria das instituições psicanalíticas. Pode-se falar de “ensino” da psicanálise na universidade, claro, mas nesse caso a psicanálise é tomada como qualquer outro sistema teórico, ou seja, como objeto de estudo e não como experiência de transformação psíquica que leva alguém a se tornar analista. Nesse sentido, a leitura do texto psicanalítico que se faz na universidade é de natureza profundamente diferente daquele que se faz na instituição propriamente psicanalítica.

Os termos “formação” e “transmissão” pertencem a tradições psicanalíticas distintas, e a escolha de um ou de outro não é feita de forma aleatória. Cada um dos termos se encaixa com precisão na concepção que cada uma dessas tendências possui sobre o processo pelo qual alguém se torna analista. A palavra “formação” tem algum parentesco com a preparação acadêmica, mais longa e mais estruturada, em que os temas e os “anos” se organizam no tempo de forma lógica, como no ensino em geral. Não é por acaso que é o termo mais utilizado pelas instituições mais antigas e tradicionais, filiadas à IPA ou que se baseiam no seu modelo. “Formar-se” aqui tem a conotação de um vencimento de etapas sucessivas, como numa graduação, em que a diplomação final vem com o cumprimento de todos os assim chamados “créditos”. Claro que a questão não é tão simples nem retilínea, uma vez que não se resume ao ensino, mas leva em conta a análise pessoal e a supervisão. Ainda assim, determina-se um tempo mínimo de análise, a “titulação” do analista (“didata”), as horas de supervisão, etc.

O emprego do termo “transmissão”, por sua vez, tem sua origem ligada ao movimento lacaniano, que questionou o academicismo e a burocratização do processo de se tornar analista. “Transmissão” enfatiza, não o processo longo e as etapas sucessivas, mas o núcleo mesmo da apreensão do que é analítico por alguém que deseja se tornar analista. A palavra enfatiza o momento exato em que isso se dá, a experiência de um que apreende diante de outro que transmite. Fala dessa relação entre um e outro, como passagem, movimento e transfor-

¹Flávio Carvalho Ferraz é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo, livre-docente pelo Instituto de Psicologia da USP, autor de vários livros, idealizador e diretor da coleção “Clínica Psicanalítica”, publicada pela Pearson, e da série “Psicanálise Contemporânea”, pela Editora Blucher. ferrazfc@uol.com.br

mação. Assim, o processo organizado em estruturas fica menos investido, e a experiência global é privilegiada na escolha do termo.

Ambos os termos possuem sua riqueza e suas limitações. “Formação” valoriza o processo longo e necessário, mas corre o risco de incidir na burocratização e na escolarização. “Transmissão”, por sua vez, toca no cerne do processo, mas corre o risco de desprezar a lógica do necessário aprendido e valorizar demasiadamente a mestria do transmissor, mesmo que se declare estar evitando exatamente isso! Não custa lembrar que em diversas instituições de inspiração lacaniana, o analista pessoal é o mesmo que “transmite” a teoria e dá a supervisão clínica. A meu ver, trata-se de uma verdadeira prática perversa, com fomento à transferência totalizadora.

Enfim, concluo que é difícil dar um nome que não seja problemático ao processo de se tornar analista. Tendo a gostar do termo “construção” do analista, mais neutro e menos estático no que tange à posição estratégica de cada sujeito envolvido. Este é o termo empregado, por exemplo, por Silvia Leonor Alonso, numa entrevista antológica à revista *Percurso* (ALONSO, 2001) sobre o processo de se tornar analista. Fala do processo em que o envolvido é mais sujeito de si mesmo e menos exposto ao risco da partidarização acrítica ou defensiva no âmbito da filiação teórica.

REVISTA – EM SEU TEXTO “TRANSMISSÃO DA PSICANÁLISE E FORMAÇÃO PSICANALÍTICA”, PUBLICADO NA REVISTA PERCURSO EM 2014, VOCÊ FALA SOBRE A IMPORTÂNCIA, NA FORMAÇÃO DE UM ANALISTA, DE ALGUNS DISPOSITIVOS INSTITUCIONAIS. TAIS DISPOSITIVOS TÊM A FUNÇÃO DE SUSTENTAR A FORMAÇÃO E GARANTIR EFEITOS DE NÃO ALIENAÇÃO A IDEAIS INSTITUÍDOS. FALE UM POUCO SOBRE ESSES DISPOSITIVOS.

Há diversos elementos que poderiam ser lembrados como propriamente analíticos no interior da instituição psicanalítica, no tocante à formação do analista. Vou privilegiar aqui o que, para mim, é o principal. Trata-se de uma disposição que a instituição deve ter de não fomentar a indesejável alienação dos analistas em formação nos ideais instituídos. Mas o que vem a ser isso? Vejamos: diante da natural insegurança e do desamparo inelutável daquele que se forma (e não apenas dele!), é muito comum que a instituição seja investida como garantia de saber. Até aí se trata de um processo natural, comparável ao que se dá, por exemplo, em qualquer processo analítico individual, por meio do estabelecimento da transferência. Falo aqui da transferência para com a instituição.

O problema começa quando a instituição trabalha de modo acrítico ou narcísico, arrogando-se a ocupar o lugar imaginário em que é colocada transferencialmente. Não é exagero afirmar que, a partir daí, assistimos às mais degradantes situações e aos piores atentados contra a inteligência e a criatividade. A instituição pode portar a falsa segurança de um saber total e inquestionável, consubstanciada na crença de que detém a mais verdadeira ou a melhor das teorias psicanalíticas. Pior ainda é quando isso se complementa com a divulgação ideológica de que as outras linhas não fazem a “verdadeira psicanálise”. Isso pode trazer uma segurança a quem “pertence” à instituição, uma vez que respalda sua prática e, numa certa medida, remove seu desamparo. Mas, a meu ver, essa operação trabalha nas antípodas do que chamei de efeitos analíticos dos dispositivos institucionais. Ela não faz senão alimentar a alienação dos sujeitos, deixando-os imersos numa espécie de ideologia normopática e defensivamente abrigados num coletivo que apaga sua “singularidade idiopática”, para

usar aqui uma expressão feliz de Maurice Dayan (1994). É como se a instituição se comportasse como um analista narcisista que acreditasse ser aquele mesmo a quem seu analisando se reporta no campo transferencial!

Esse problema, que até certo ponto pode ser universal, acometendo toda espécie de instituição, tem uma história bem específica na psicanálise. Como relata o próprio Freud (1980), a criação de uma entidade psicanalítica oficial – a IPA – se deu em razão da necessidade de distinguir a verdadeira psicanálise daquela que poderia ser praticada por charlatões. Freud diz textualmente: o órgão oficial serviria para declarar sobre os usurpadores: “Todas essas tolices nada têm a ver com a análise; isso não é psicanálise”. É compreensível a preocupação com a sobrevivência da disciplina nascente e o medo da sua contaminação. Afinal, vivemos esse problema até hoje, com o assédio de grupos evangélicos à “marca” *psicanálise*. Mas a questão que nos interessa aqui é que, nessa oficialização, sempre esteve presente o risco de uma confusão de critérios para se definir o que é o “analítico” e mesmo o que vem a ser o seu objeto, isto é, o “psíquico”. Seria bom se se conseguisse chegar a uma definição da prática por meio de critérios estritamente epistemológicos. Mas o que se vê é que este critério acaba sendo trocado, no jogo do poder, por critérios políticos.

A IPA, como herdeira oficial da “marca” *psicanálise*, muitas vezes escorregou para o segundo critério, ou seja, para o uso da exclusividade de posse de uma *psicanálise* “genuína” como estratégia de reserva de mercado. E, claro, como instrumento narcísico de coesão interna. Ainda hoje em dia há analistas ligados a associações filiadas à IPA que se acreditam detentores exclusivos e legítimos do título de analista. Felizmente, não são todos, mas uma minoria (ao menos na amostra com a qual tenho contato) que se arroga a tal em movimentos espasmódicos que, eu diria, não passam de manifestações paroxílicas. O núcleo inteligente das sociedades oficiais reconhece o movimento psicanalítico como algo muito mais amplo do que aquilo que caberia dentro de suas paredes. Acho curioso ver analistas da IPA procurando grupos de estudos lacanianos ou então indo se reanalisar ou se supervisionar com analistas de fora da instituição oficial. É algo que seria visto internamente como escandaloso tempos atrás, mas que hoje pode até ser considerado salutar. Penso, no entanto, que só se chegou a este ponto porque houve uma espécie de desidealização das sociedades oficiais pela sociedade em geral, e talvez pelos seus próprios integrantes. Então, é curioso constatar como essa desidealização acaba por permitir, em algum grau, um movimento de desalienação. Infelizmente, não percebo a mesma disposição na maioria dos grupos lacanianos. Curiosamente, o movimento laciano tem sua marca fundadora exatamente na “excomunhão”, como Lacan denominou sua expulsão da IPA. Mas o que se assistiu depois foi a reprodução do *modus operandi* das sociedades oficiais. Passaram a se preocupar excessivamente com a definição do que é a “verdadeira” *psicanálise*, num movimento de garantir para si a legitimidade intelectual e negá-las aos demais. Paralelamente a isso, cultivam um estilo mimético e pasteurizado de falar e de escrever, repisando numa linguagem enfadonha seus temas e conceitos mais caros. Tudo isso apesar de contarem, em seus meios, com profissionais brilhantes e muito bem preparados intelectualmente. Cumpre dizer, por justiça, que nem todos se comportam como membros de seitas religiosas.

Um ótimo antídoto para a alienação nos ideais instituídos, a meu ver, é a pluralidade dentro de uma instituição. O fechamento em “ismos” pode ser fatal, levando ao surgimento do “analista de escola”, que recorre defensivamente a um saber absoluto para aplacar seu sentimento de desamparo, em vez de en-

frentá-lo e reconhecê-lo como inelutável. Claro que, quando falo em pluralidade, não professo o ecletismo epistemologicamente inconsequente, em que se misturem de modo não orgânico conceitos provenientes de sistemas teóricos que guardam uma coerência interna. O que quero dizer é que nenhum grande sistema psicanalítico deve ser desprezado em sua totalidade, num movimento proposital de limitação do conhecimento. E não custa lembrar que nenhum destes grandes sistemas teóricos recobre a totalidade do objeto analítico. Todos partem de uma matriz clínica que tanto permite seu nascimento como já lhe limita o horizonte. Já a tarefa de estabelecer uma coerência entre os conceitos que se elegem como operadores privilegiados e a prática clínica é algo da responsabilidade de cada um, e não um “pacote” que se compra pronto. É isso que Freud dizia quando recomendava que cada analista montasse sua “caixa de ferramentas” conceitual. Para mim, isso quer dizer que cada um tem que obter, ao longo de sua formação, o seu estilo singular, o que inclui o trabalho de tornar-se um epistemólogo de sua própria prática.

Em síntese: o que chamo de função analítica da instituição de formação vem a ser sua responsabilidade no plano da não alienação ou mesmo de desalienação dos sujeitos. Na práxis institucional isso acaba se articulando com uma ampla trama que envolve as relações de poder: o modo como os estudos teóricos e as supervisões são conduzidos, a relação pessoal entre “formadores” e “formandos”, os critérios de seleção, tanto de formadores como de formandos, etc. Um risco sempre presente é o da confusão entre assimetria e hierarquia. Penso que considerar a todos como analistas, sejam os “titulares”, sejam aqueles em formação, é algo vital contra a alienação. A outra ponta disso seria a economia narcísica vigente na instituição, ou seja, o modo como ela lida com a posse do saber e como vê, mais ou menos criticamente, sua posição entre as outras instituições.

REVISTA – VOCÊ COMENTA TAMBÉM SOBRE ESPECIFICIDADES DA TRANSMISSÃO EM RAZÃO DAS PARTICULARIDADES EPISTEMOLÓGICAS DA PSICANÁLISE. QUAIS SERIAM ESSAS ESPECIFICIDADES?

Sobre esse tema, reproduzo aqui algumas ideias que já pude expressar numa seção de debate da revista *Percurso* (KESSLER; FERRAZ; MEYER et al., 2011). Um dos desafios mais complexos na formação do analista, a meu ver, é a transmissão do conceito de objeto da psicanálise. Laplanche, no formidável livro *Novos fundamentos para psicanálise* (LAPLANCHE, 1992), reafirma com precisão algo que sempre o deteve em seus esforços de esclarecimento da essência do objeto específico da psicanálise, que vem a ser o *psíquico* propriamente dito. Esse objeto se diferencia e se distancia do objeto da conservação em função do movimento do *apoio*. Ora, os objetos, tanto da medicina como da psicologia, se mantêm no nível da conservação e, por esta razão, permanecem ligados ao conjunto de objetos *naturais*, passíveis de investigação pelos métodos científicos que foram convencionais até um certo momento da história da ciência, e que ainda são válidos – *grosso modo* – para as disciplinas que compõem a *Naturwissenschaft*. Já o objeto *psíquico*, pelo que comporta de subversão na sua própria gênese como objeto, exige uma subversão correlata no método apto à sua apreensão. É profundamente necessário teorizar sobre este ponto crucial. Explicitamos à exaustão que o psíquico propriamente dito sobrenada no discurso, mas não é o discurso. E que, portanto, o analista não responde à demanda, mas insiste em manter-se numa atitude compatível com a *Versagung* (“recusação”, numa tradução ruim, mas possível). Ora, trata-se aqui

da consideração à epistemologia particular, própria da psicanálise, que é, pode-se dizer, bastante sofisticada. Aquele que se propõe a ser analista é, geralmente, psicólogo ou médico, e, por conseguinte, esteve imerso numa outra ideia de ciência, com seu objeto e seu consequente método de investigação. Não é fácil processar esta virada.

Ocorre que, mesmo que a transmissão dessa ideia seja parte essencial do trabalho de formação teórica, que se desdobra também – e *a fortiori* – no trabalho de supervisão, seu sucesso ficará na dependência do trabalho da análise de cada analista em formação. Sem dúvida, o analista deve encarar uma “mínima epistemologia” que o leve a ter clareza sobre sua zona de intervenção, mas o acesso ao objeto psíquico só se dará se for em si mesmo e na experiência da transferência. Mais ainda: as dificuldades defensivas na manutenção da postura analítica (aqui condensadas no apelo à *Versagung*), não se resolvem na teoria. Manter-se analista diante dos impasses do campo transferencial, sem ceder aos impulsos defensivos que, quando não são grosseiramente *actings* sintomáticos do ódio não processado, travestem-se (cada vez mais!) de “alteração benevolente” de conduta e manejo em razão de supostas “necessidades regressivas” do paciente, é uma operação que requer tanto reflexão teórica como análise.

O aparato psíquico do analista se empresta na função de analisar. Portanto é fundamental que sua análise o leve a sensibilizar-se para as manifestações do inconsciente – ou expressões do psíquico, que são simbólicas – e a produzir as discriminações que lhe possibilitarão funcionar como suporte da transferência do seu analisando. O que entra em questão aqui é o fato de que o ofício de analisar não se resume a conhecimentos técnicos de um dado método de trabalho, mas pressupõe a participação do instrumento psíquico do analista na tarefa de acompanhar o analisando em sua própria descoberta. Saber analisar é “saber não saber”, e isto difere radicalmente de outros saberes, que se aplicam em outros ofícios. E analisar o desejo de ser analista é fundamental, a fim de se atingir uma posição em que as moções narcísicas vão se submeter aos imperativos da análise: o analista deve saber deixar de existir após ter sabido existir profundamente, na medida da necessidade de seu analisando (o que não significa resposta à demanda). Terá que tolerar a resolução da transferência de seu analisando ao fim da análise, o que implicará ser descartado à guisa de objeto transicional.

REVISTA – SOBRE A SUPERVISÃO, VOCÊ DECLARA QUE ESTA PRODUZ EFEITOS ANALÍTICOS SEM SER ANÁLISE. “NÃO SE TRATA DE ESPAÇO ANALÍTICO STRICTO SENSU, MAS TAMPOUCO PEDAGÓGICO”. QUAIS OS RISCOS IMPLICADOS QUANDO ESSE ESPAÇO POSSUI, PREDOMINANTEMENTE, UM CARÁTER PEDAGÓGICO? E SOBRE OS RISCOS QUE TANTO A SUPERVISÃO COMO A PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PSICANALÍTICA TÊM DE MOLDAR O ANALISTA, QUAIS AS IMPLICAÇÕES PARA O FUTURO DA PSICANÁLISE E QUAIS MECANISMOS PODEM SER PENSADOS PARA EVITÁ-LOS?

A supervisão não é um espaço pedagógico, ao menos no sentido corrente da palavra. Se quisermos dizer que se aprende alguma coisa nessa experiência, então teremos que tomar o verbo *aprender* numa acepção menos escolar e mais próxima da ideia de *insight* psíquico, como aparece na obra de Bion (1991) sobre o *aprender com a experiência*. Ou seja, em psicanálise se aprende quando se consegue trazer a experiência para o plano do pensamento. E então, aprende-se consigo mesmo. Essa é uma das facetas do que chamamos “efeito analítico” da supervisão, ressaltando *ad nauseam* que ela não se confunde com

a análise. O supervisor é a alteridade que, de alguma forma, sustenta esse processo a partir de sua presença e sua experiência.

Agora, ao se praticar uma supervisão com o intuito – declarado ou recalcado – de *ensinar*, não se faculta ao supervisionando extrair, de sua experiência de analista, o conhecimento sobre a dinâmica psíquica de seu analisando. A apreensão do que é propriamente *psíquico* depende da dedução da transferência de que se é objeto e da contratransferência de que se é sujeito, ainda que a divisão entre ambos os fenômenos não seja assim esquemática no calor da análise. Nesse sentido, se o supervisor *sabe demais*, a situação se degrada para os mesmos efeitos alienantes de que tratamos quando falamos dos riscos potencialmente oferecidos pela instituição.

Outro risco, particularmente na supervisão sediada na instituição de formação, é a sua assunção de um caráter de avaliação. Este risco se maximiza quando a supervisão é um dos “créditos” a se cumprir, e mais ainda quando tem que resultar em um relatório ou algo que o valha. Para fazer frente ao risco de converter a supervisão numa situação de avaliação, há que se refletir sobre o que aí se articula com o poder, a autorização, o reconhecimento, etc. No meu entender, um dos riscos que se corre é o de perder de vista o objetivo mesmo da supervisão e seu sentido genuíno. Nessas situações pode entrar em jogo o “superego técnico”, e o que passa a contar, como já falei antes, é a definição sobre se algo “é psicanálise ou não”. Ou seja, tudo pode se traduzir em termos de pertencimento ou não aos ideais estabelecidos. Isso é bastante diferente do que seria, por exemplo, uma reflexão de cunho clínico-epistemológica sobre o que são as peculiaridades do analítico, até mesmo em suas diferenças em relações a outras práticas e outros “jogos de linguagem”, parafraseando Wittgenstein (1975).

Outro risco, para além deste contido no caráter *oficial* da supervisão, é o da sua confusão com a análise pessoal. Muitos acreditam que, na supervisão, se interpreta à guisa de uma análise. Ora, isso pode significar que o supervisor está “avançando o sinal” e deixando de lado a ideia central de que a supervisão se refere, sim, ao discurso de um analista sobre seu analisando, endereçado ao terceiro que é supervisor. É claro que sabemos à exaustão que quando se fala de uma sessão analítica ao supervisor, não se fala de sua materialidade, mas se produz um relato atravessado pelo inconsciente de um sujeito-analista. Isso não quer dizer que o supervisor esteja autorizado a se portar como um analista. Disso resultam violências tais como “interpretar” o analista ou recomendar-lhe que “leve para sua análise” um determinado material. O que se leva para a análise pessoal não é algo que alguém recomenda que se o faça!

Há situações de supervisão, supostamente centradas no “paciente” do qual se fala, que podem derivar para o discurso da psicopatologia ou do diagnóstico. Penso que situar as coisas nesse plano não configura uma supervisão propriamente psicanalítica, embora às vezes isso a título de considerações contingenciais. O cerne de uma supervisão, no meu entender, consiste em permitir que o supervisionando transforme em pensamento, a partir de suas dificuldades e impasses, a sua experiência contratransferencial. É ela o que mais lhe ensina sobre seu analisando, desde que passe por um processo de elaboração. A presença e a experiência do supervisor podem lhe permitir uma transformação em conhecimento daquilo que é inicialmente um elemento sensorial ou afetivo. Acho muito interessante, por exemplo, quando um supervisionando – particularmente o iniciante – traz um discurso sobre sua dificuldade frente a um analisando. Muitas vezes declara sua angústia e seu desamparo diante de seu

“não saber o que pensar” ou de como interpretar. Não é incomum que sua “queixa” contenha exatamente a apreensão do que há de mais estrutural em seu analisando. Mas pode se tratar de uma apreensão ainda situada no plano dos sentimentos contratransferenciais que, se transformados em pensamento na situação de supervisão, legitimam-se como conhecimento. Às vezes, a queixa que o supervisionando faz de sua dificuldade de compreensão de uma dada situação com seu analisando já vem quase como que um discurso interpretativo que precisa de pouco para ser burilado... Por isso eu repito que o saber não está no supervisor. Trabalha-se com o inconsciente, sim, mas na circunscrição do analista-supervisionando com seu analisando, o que se distingue profundamente de uma análise.

REVISTA – AINDA SOBRE ISSO, EM SEU ARTIGO SOBRE TRANSMISSÃO E FORMAÇÃO PARA O JORNAL DE PSICANÁLISE, VOCÊ AMPLIA OS EFEITOS ANALÍTICOS PARA OS DEMAIS DISPOSITIVOS INSTITUCIONAIS SUBJACENTES À FORMAÇÃO, DE FORMA SOLIDÁRIA AO TRIPÉ. COMO PENSAR A FORMAÇÃO PSICANALÍTICA SENDO, ELA MESMA, ANALÍTICA? COMPRENDEMOS QUE SÃO ELEMENTOS E NÃO PLENA FUNÇÃO ANALÍTICA, MAS QUAIS ELEMENTOS ANALÍTICOS POSSÍVEIS DE SEREM VIVIDOS E TRABALHADOS, FRENTE AOS LIMITES INERENTES A ESTA POSSIBILIDADE?

Seria ingênuo não considerar que a organização e a ideologia de uma instituição têm consequências psíquicas sobre seus integrantes, particularmente na condição daquele que está em processo de formação. Assim, constitui uma tarefa da instituição avaliar seus dispositivos, tendo em vista na medida em que facilitam ou obstruem o desenvolvimento da sensibilidade para a apreensão do que é o objeto psíquico, que, como vimos, está profundamente identificado com a singularidade.

Se as instituições psicanalíticas tiverem, de fato, a disposição de deixar que a ética da psicanálise, em sua radicalidade, impregne-as organicamente, elas terão que enfrentar grandes desafios. Tocqueville (1979), fazendo o elogio das associações no sistema democrático americano, via na *instituição livre* a possibilidade efetiva que os homens encontravam, quando em condições de igualdade, de se devotarem a uma causa comum. Para ele, isto poderia reverter um risco inerente ao individualismo que resulta no desinteresse dos homens, uns pelos outros. Quando pensamos que a economia do poder na instituição psicanalítica tem que se submeter, ela mesma, àquilo que é analítico, podemos tomar esta observação de Tocqueville como uma *provocação*, na acepção radical deste termo, ou seja, como algo que nos convida a nos pronunciarmos: haveria alguma associação de analistas que, ao estilo da “instituição livre”, conseguisse refrear esta tendência do desinteresse de uns homens pelos outros? Ou ainda, existiria uma associação analítica reunida em torno de uma “causa comum” que não se reduzisse ao “sintoma comum”? Esta é uma questão que trabalhei na parte final do meu livro *Normopatía* (2012), quando tratei dos riscos contidos na instituição psicanalítica no tocante à alienação dos sujeitos.

Uma formação analítica que é, em si mesma analítica, pressupõe o cuidado que uma instituição deve ter em não favorecer os processos de alienação nos ideais instituídos. Esse cuidado perpassa todas as relações dentro de uma instituição, particularmente na economia do saber e do poder. Pode-se muito bem acolher os analistas em formação sem o embuste de lhes garantir aquilo que jamais pode ser garantido, seguindo a mesma lógica do que se procura ofe-

recer na situação analítica. Mas isso estará na dependência da elaboração que os formadores terão de suas moções narcisistas.

Tangenciamos aqui a ideia do enquadre, ao modo da análise: ser disponível e continente para o outro não é necessariamente o mesmo que se deixar idealizar indiscriminadamente e, pior, com isso gozar. Os vínculos dogmáticos com a instituição, com um sistema teórico ou com o supervisor são alienantes e, portanto, antianalíticos. Podem ser até normotizantes, como já disse, na medida em que impedem a conquista da singularidade e de um estilo próprio de ser analista. Algo comparável, *mutatis mutandis*, ao fenômeno da massificação.

É claro que uma disposição institucional de se opor à alienação pode encontrar obstáculos no narcisismo de cada um e, até mesmo, se podemos dizê-lo, do narcisismo impregnado na cultura coletiva. Um dos antídotos para esta “doença” é a prática da análise institucional quando fica claro que as coisas não vão bem.

REVISTA – TODAVIA, AINDA ASSIM, PARA UMA FORMAÇÃO PSICANALÍTICA, UMA MÍNIMA PEDAGOGIA NÃO SE FAZ NECESSÁRIA? OU PODEMOS PENSAR... NÃO SERIA UMA PEDAGOGIA SINGULAR? COMO PODE SE DAR ISSO?

Aqui ficamos na dependência do que se chama “pedagogia”. O não saber do analista ou do formador não significa que ele não saiba, por exemplo, o ano em que Freud publicou *A interpretação dos sonhos!* Nesse sentido, nada impede que aquele que conhece mais a teoria se coloque na posição de coordenador de um grupo ou de um seminário. O que opõe a análise (e a formação psicanalítica que seja, ela mesma, também analítica) à pedagogia é a divisão entre aquele que sabe e aquele que não sabe *no campo daquilo que não se pode saber*. Isso vale para a relação “formador-formando” do mesmo modo como vale para a matriz desse modelo, que é a relação analista-analisando. Aqui cabe como uma luva uma ideia de Regina Schnaiderman (1988, p. 13), fundadora do Curso de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae: “analisar é um fazer saber e não um saber fazer”.

REVISTA – PENSANDO COMO INSTITUIÇÃO FORMADORA, COMO CONCEBER O PROGRAMA DE ENSINO COMO UM TODO, INCLUINDO OS DEMAIS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS, PARA MANTER UMA FORMAÇÃO ALICERÇADA NAQUILO QUE É ESSENCIAL PARA A PSICANÁLISE: SEU CARÁTER POTENTE E TRANSFORMADOR?

Em primeiro lugar, assegurando que se parta da experiência fundadora de Freud. É fundamental conhecer a relação entre a construção da metapsicologia com a prática clínica e com a própria análise, como está amalgamado na obra freudiana. Esta é uma experiência insubstituível. Assistimos a essa construção em praticamente todos os textos de Freud, mas penso aqui com maior ênfase, por exemplo, nos *Estudos sobre a histeria*, em que assistimos *in loco* a clínica produzindo teoria e esta, em um círculo virtuoso, transformando e ampliando os dispositivos clínicos. Além disso, como matriz epistemológica para a psicanálise, assistimos em Freud a relação, peculiar ao nosso campo, da pessoa do analista como objeto de sua pesquisa. Isso fica cristalino, por exemplo, em *A interpretação dos sonhos*. O pesquisador-analista participa de sua investigação com um instrumento profundamente diferente daquele das outras ciências: participa com o seu inconsciente.

Em segundo lugar, penso que o estudo não dogmático dos principais au-

tores pós-freudianos vem complementar o quadro. Quando digo não dogmático, quero enfatizar aquilo que valorizo muito, que é a tomada pela perspectiva da história do *pensamento* psicanalítico, que se entrecruza com a história do *movimento* psicanalítico.

Para além desse “programa”, o cultivo da interlocução livre e o combate à hierarquia esterilizante são condições *sine qua non* da construção do analista.

REVISTA – NO QUE SE REFERE ÀS ANÁLISES PESSOAIS, VOCÊ CITA OTTO F. KERNBERG, QUE EXPLICITA, APROPRIADAMENTE, ALGUNS PROBLEMAS, ENTRE ELES, O PAPEL DO ANALISTA DIDATA FICAR INCORPORADO GRADATIVAMENTE A UM SISTEMA DE STATUS ORGANIZACIONAL, COMO PARTE DE UMA ESTRUTURA DE OLIGARQUIA ADMINISTRATIVA E UMA POLITIZAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO. VOCÊ RETOMA AFIRMANDO A PREOCUPAÇÃO DAS MUITAS SOCIEDADES LIGADAS À IPA SOBRE ESTA QUESTÃO, AS QUAIS VÊM CRIANDO ALTERAÇÕES EM SEUS DISPOSITIVOS PARA CONTORNÁ-LAS, MAS QUE OS PROBLEMAS DE LUTA POR HEGEMONIA SÃO INERENTES A QUALQUER INSTITUIÇÃO. VOCÊ PODERIA TRATAR MAIS DESTE ASSUNTO E COMPARTILHAR SOBRE A REPETIÇÃO DESSA CONFIGURAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES NÃO-IPA, QUAIS AS DIFERENÇAS E COMO PENSAR ESTA QUESTÃO?

Muito já se falou sobre a incongruência da ideia de uma análise “didática” ou oficial, controlada de algum modo pela instituição. Nem precisamos repisar aqui que a escolha de um analista deve se basear apenas na transferência, e que a oficialidade pode borrar essa essência. Agora, há um problema que tem que ser enfrentado por todas as instituições, à medida que há um consenso de que a análise é necessária ao analista que se forma. Então, como ter a garantia de que ela ocorre?

De partida, temos que admitir que, no limite, este é um problema sem solução. A tentativa burocrática de resolvê-lo, com lista de analistas didatas e o “atestado” de que alguém frequenta um divã nada garantem. Aliás, nada garante nada sobre uma análise. Não contar com uma “lista” oficial, mas atribuir a um analista determinado a “autoridade” para analisar um analista em formação pode redundar no mesmo problema.

As associações lacanianas instituíram o passe, o que foi uma busca de colocar a autorização em outro patamar e articulá-la, em certo grau, ao coletivo. Mas os jogos de poder a que assistimos na vida institucional tiram a garantia de legitimidade de qualquer processo instituído.

REVISTA – AINDA DENTRO DESTA TEMÁTICA, VOCÊ SE REFERE À SOLUÇÃO “POSSÍVEL” ENCONTRADA, ACOMPANHANDO O ANALISTA EM FORMAÇÃO MEDIANTE UM PROCESSO DE ESCUTA DO QUE ELE TEM A DIZER SOBRE A FORMAÇÃO, ESCUTA QUE PODE TER EFEITOS SIMULTANEAMENTE ANALÍTICOS E DE AVALIAÇÃO, TANTO DO ANALISTA COMO DA INSTITUIÇÃO. COMO SE DÁ ESSE PROCESSO?

Defendo uma prática alternativa para essa questão espinhosa. Podemos enunciar exhaustivamente, como um princípio, que a formação do analista exige análise. Mas isso não basta. E corremos o risco de ver fracassar um projeto de formação em razão da deficiência do eixo básico do “tripé” analítico, uma vez que o estudo teórico e a supervisão estão mais sujeitos ao controle institucional.

Uma solução intermediária seria uma espécie de acompanhamento do analista em formação mediante um processo institucionalizado de escuta do que ele tem a dizer sobre sua própria formação, aí incluída a implicação com

sua análise pessoal. Isso poderia ter efeitos simultaneamente analíticos e de avaliação, tanto do analista como da instituição. Seria um modo de enfrentar o problema, sem, evidentemente, ter a certeza de que isso traria uma solução definitiva para a questão. Mas ao menos seria uma maneira não burocrática, que exigiria um trabalho interno entre os formadores para não se confundir nem com controle e fiscalização e nem se transformar em algo invasivo.

REVISTA – QUAL SUA POSIÇÃO/OPINIÃO SOBRE REANÁLISE?

A reanálise não deve ser tomada como exigência institucional. Deve ficar na dependência da necessidade subjetivamente sentida pelo analista. Agora, até mesmo diante do objeto de nossa investigação cotidiana e de nossa exposição às dinâmicas transferenciais e contratransferenciais, é algo que pode nos fazer muito bem. Inclusive nos dando a oportunidade de desenvolver novas transferências e de nos situarmos diante de um outro estilo de analisar.

REVISTA – QUEM NOMEIA O PSICANALISTA? QUEM TEM ESTA FUNÇÃO? E POR QUÊ?

O analista é aquele que analisa. Para analisar, tem que ser analista; e, para ser analista, tem que analisar. Este é um dos paradoxos da psicanálise, para lembrar aqui novamente uma ideia de Regina Schnaiderman (1988). É por isso que a formação pressupõe um tripé com simultaneidade entre suas bases.

É claro que o reconhecimento de sua comunidade o auxilia e o contém, desde que não se confunda *reconhecimento* com *autorização*. A primeira provém de uma comunidade analítica, e a segunda, de uma oficialidade hierárquica.

Esse problema da nomeação, em sua relação complexa e muitas vezes tensa com o reconhecimento, não teve ainda – e penso que nunca terá – uma solução acabada. De partida, está claro que não é uma autorização oficial que define se alguém é ou não analista. Não existe diploma de analista.

Na instituição a que pertencemos, o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, buscamos instituir um processo em que a nomeação de alguém como “membro do Departamento” se desvincule completamente do Curso de Psicanálise (local da formação no interior desta mesma instituição). Assim, buscamos retirar desta passagem o caráter de cumprimento de etapa de escolaridade. Uma comissão eleita por todos os membros – que não se confunde com um colegiado de “professores” que participam da formação – acompanha aquele que deseja pertencer à instituição em um trabalho de apresentação pública de sua clínica. Creio que, desta maneira, saímos um pouco do escopo da avaliação de um processo de formação escolar, e nos voltamos para a trajetória de alguém que se nomeia analista e deseja se juntar a nós na instituição. Este “candidato” pode tanto ser alguém que finalizou o Curso quanto alguém que venha de fora da instituição. Portanto, privilegia-se o reconhecimento pelos pares, e não o cumprimento de um pré-requisito. O Curso, por si, não “autoriza” ninguém, nem tampouco outorga um título.

REVISTA – QUANDO/QUAL O MOMENTO QUE O PSICANALISTA PODE SE AUTORIZAR A AFIRMAR TER CONSTRUÍDO SEU ESTILO PRÓPRIO?

Ele se autoriza como analista quando analisa, em alguma medida, seu desejo de ser analista e, assim, quando se põe a analisar. Já o estilo próprio é

uma espécie de conquista assintótica. Uma utopia que não se realiza como fim, mas como caminho constante.

REVISTA – O QUE É INDISPENSÁVEL NA TRAJETÓRIA DE UM ANALISTA, ALÉM DO TRIPÉ?

Para mim, é indispensável que ele tenha humor. E que não ache que a psicanálise é a coisa mais importante do mundo.

NOTA

¹ Em uma nota de rodapé de seu texto “Transmissão e formação: apontamentos sobre o tripé analítico”, (*Jornal de Psicanálise*, v. 47 n. 86, p. 87, 2014), você afirma que “os termos transmissão e formação, ainda que sejam preferíveis a ensino, também não deixam de trazer conotações problemáticas. Cada um deles insere-se em diferentes tradições psicanalíticas, e sua escolha implica, é claro, uma intencionalidade”. E cita um trabalho de Bernardo Tanis (TANIS, B. Considerações sobre a formação psicanalítica. *Percorso*, ano XVIII, n. 35, p. 29-36, 2005), no qual cada uma dessas palavras é examinada dentro do contexto do seu uso pela psicanálise: “[...] transmissão nos remete a um processo que se dá nas sociedades tradicionais, associando-se, num registro vertical, às ideias de autoridade e valor; tem, portanto, um vértice religioso que promove uma ilusão de segurança ontológica a quem adere ao modelo, podendo inibir, assim, a ousadia e a criatividade. Já o termo formação privilegia o ‘aspecto processual do vir a ser analista’, com todos os conflitos, as dificuldades e a necessidade de transformações que isso comporta. Mas, adverte Tanis, também pode conotar algo como ‘formatação’”.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, S. L. A construção do analista (Entrevista). **Percorso**, a. XIV, n. 27, p. 127-138, 2001.
- BION, W. R. **O aprender com a experiência**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- DAYAN, M. Normalidad, normatividad, idiopatía. In: FUNDACIÓN EUROPEA PARA EL PSICOANÁLISIS (Org.). **La normalidad como síntoma**. Buenos Aires: Kliné, 1994.
- FERRAZ, F. C. **Normopatía: sobreadaptação e pseudonormalidade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- FERRAZ, F. C. Transmissão da psicanálise e formação psicanalítica. **Percorso**, a. XXI, n. 41, p. 91-102, 2014.
- FERRAZ, F. C. Transmissão e formação: apontamento sobre o tripé analítico. **Jornal de Psicanálise**, v. 47, n. 86, p. 87-102, 2014.
- FREUD, S. A história do movimento psicanalítico. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1980 [1914]. p. 56-57.
- KESSLER, C. H.; FERRAZ, F. C.; MEYER, L. et al. Transmissão via inconsciente (Debate). **Percorso**, v. XXIII, n. 45, p. 161-170, 2011.
- LAPLANCHE, J. **Novos fundamentos para a psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- SCHNAIDERMAN, R. Política de formação em psicanálise: alinhavando algumas anotações de leitura. **Percorso**, a. I, n. 1, p. 11-14, 1988.
- TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. São Paulo: Abril Cultural, 1979[1835]. (Coleção Os Pensadores).
- WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1975[1953]. (Coleção Os Pensadores).